

**CONTRATO CEDAE N.º 047 /2018 (DS)**  
que entre si celebram a **COMPANHIA**  
**ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE**  
e a **ENGREST ENGENHARIA DE**  
**RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE** - sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, registrada na JUCERJA sob o nº 5000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o nº 33.352.394/0001-04, neste ato por seus representantes ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, e Diretor de Esgotos e Saneamento, Sr. MARCIO DE MELLO ROCHA, doravante designada **CEDAE**, e a **ENGREST ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL LTDA.**, com sede na Rua Azhaury Mascarenhas, nº 400, Parte, Distrito Industrial de Campo Grande, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 23.078-520, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.285.661/0001-07, neste ato por meio de seu Diretor Presidente ao final assinado, Sr. MARCUS VINICIUS PITTA MATHIEZEN, portador da Carteira de Identidade nº 42.489-D (CREA/RJ) e CPF nº 633.857.407-20 e de seu Diretor, Sr. LUIZ EDUARDO DE MELLO SILVA, portador da cédula de identidade nº 26.978-D (CREA/RJ), inscrito no CPF sob nº 345.147.837-49, doravante designada **CONTRATADA**, têm entre si, na conformidade do que consta do Processo nº **E-17/100.394/2015** relativo à Licitação **CN nº 004/2017 ASL-1.1** justo e acordado o presente que se regerá incondicional e irrestritamente pelas normas da Lei nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações da Lei 8.883, de 08/06/94 e da Lei 9.648 de 27/05/98, pela Lei nº 287, de 04/12/79 e pelo Decreto nº 3.149, de 28/04/80, que regulamentou o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, e pelo Decreto Estadual nº 16.672, de 28/06/91, pela Lei Complementar 123, de 14/12/2006 e pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Contrato é a execução de **"SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 1º E 2º TRAMO E DAS CAIXAS DE CHEGADA E CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA"**.

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO E SUA SUBMISSÃO AO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**

**2.1.** As obras ora contratadas deverão estar concluídas no prazo de **120 (cento e vinte)** dias corridos.

**2.2.** O Início de Vigência, do presente Contrato, será no dia seguinte à data estabelecida na Ordem de Início para execução das obras.

**2.3.** No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais mínimas estabelecidas em percentagens acumuladas em relação ao valor total dos serviços contratados, em conformidade com o cronograma físico-financeiro anexado ao presente Contrato que, devidamente rubricado pelas partes contratantes, passa a fazer parte integrante deste instrumento.



**2.4.** A ocorrência de condições que poderiam ocasionar a prorrogação do prazo contratual, bem como dos prazos intermediários de execução dos serviços, estipulados no cronograma físico apresentado pela **CONTRATADA**, serão apreciadas e decididas pela Fiscalização que, a seu critério, poderá alterá-los, desde que não acarretem para a **CEDAE** qualquer acréscimo de custo nos serviços e sejam plenamente justificados. Neste caso, tais alterações de prazos não serão consideradas como inadimplemento contratual.

**2.5.** Considerando que o contrato de obras é por escopo, o término do prazo não é causa suficiente para a extinção do ajuste, cabendo a **CEDAE** apurar se as razões que inviabilizaram a execução do objeto, no prazo inicialmente avençado, decorrerem de atuação deficiente da **CONTRATADA**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CEDAE**

**3.1.** Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a** – remeter cópia deste instrumento contratual ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no prazo de 15 (quinze) dias de sua publicação;
- b** – efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;
- c** – emitir autorizações específicas para atuação junto a terceiros;
- d** – fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, ligados ao presente Contrato.

### **CLÁUSULA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**4.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a:

- a** - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e com estrita obediência às leis vigentes;
- b** - obedecer às Normas de Projeto e Execução de Obras da **CEDAE**, tomando delas expresse conhecimento;
- c** - responder pelos serviços que executar, na forma da lei;
- d** - prover os serviços, ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho, devidamente aprovado pela **CEDAE**;
- e** - providenciar e manter em vigor, por sua conta exclusiva, todos os seguros exigidos por Lei, com vigência a partir da data de início das obras até seu recebimento definitivo. Assim sendo, será responsável pela contratação dos seguros do pessoal, edificações, instalações, equipamentos e veículos que utilizar na execução dos serviços, sob pena de assumir diretamente todos os riscos e ônus inerentes;
- f** - comparecer, sempre que a **CEDAE** solicitar, aos seus escritórios ou em outro local indicado, por seu titular ou engenheiros credenciados, para examinar e prestar esclarecimentos a problemas relacionados com o objeto deste Contrato. A convocação deverá ser feita com, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência;
- g** - atender a todas as solicitações de natureza técnica, da **CEDAE**, relacionadas com o objeto deste Contrato;
- h** - manter a **CEDAE** informada, de acordo com as conveniências desta, de todos os pormenores dos serviços contratados;



**i** - obedecer estrita e rigorosamente aos prazos de execução dos serviços e/ou de entrega de equipamentos constantes deste Contrato, cabendo à **CEDAE**, no caso de inadimplemento, o direito de suspender a sua execução e de aplicar as penalidades cabíveis, sem que à **CONTRATADA** assista direito a indenização;

**j** - destinar um recinto apropriado em seu escritório, a fim de alojar o pessoal técnico da Fiscalização da **CEDAE**;

**l** - substituir qualquer membro da equipe de trabalho, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que solicitado pela **CEDAE**;

**m** - prestar, sem ônus para a **CEDAE**, os serviços necessários à correção e revisão de falhas ou defeitos verificados nos trabalhos, sempre que a ela imputáveis;

**n** - submeter à prévia aprovação da **CEDAE** qualquer alteração de sua equipe de trabalho;

**o** - providenciar, antes do início dos serviços, o recolhimento da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), conforme determina a Lei Federal nº 6.496 de 07/12/77, relativa à execução dos serviços, definindo os responsáveis técnicos dos mesmos.

**p** - manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

**q** - na execução contratual, a gestão de resíduos gerados da totalidade das atividades necessárias à implementação da obra em questão deverá seguir ao estabelecido nas diretrizes, critérios e procedimentos para gestão de resíduos da construção civil da Resolução CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002.

**r** - A **CONTRATADA** disponibilizará as Memórias de Cálculos de dimensionamento, juntamente com os Projetos Executivos, para fins de verificação da adequação da solução adotada.

**s** - A **CONTRATADA** deverá apresentar para cada medição a respectiva memória de cálculo, na qual deverá constar a indicação dos locais precisos da execução dos serviços e das dimensões de cada parte ou trecho do item medido, preferencialmente através de croqui.

**s.1** - As medições serão realizadas com base nos serviços efetivamente realizados pela **CONTRATADA**.

**t** - A **CONTRATADA** deverá se responsabilizar, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, tributárias, trabalhistas e previdenciárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como por todos os gastos e encargos com material e mão-de-obra necessária à completa realização das obras ou serviços, até a sua entrega perfeitamente concluída.

**u** - A **CONTRATADA** deverá obedecer às normas trabalhistas vigentes, contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que concerne à despesa da contratação com vínculo empregatício do pessoal a ser empregado na execução das obras ou serviços, englobando todas e quaisquer despesas decorrentes da execução dos contratos de trabalho em razão de horário, condição ou demais peculiaridades.

**v**- Observar na execução das obras, as normas de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em especial do Decreto nº 5.296, de 02.12.04 e a NBR 9050.

**x**- Observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91.

**y** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por



cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

- I- De cem a duzentos postos de trabalho, 2% (dois por cento);
- II- De duzentos a um a quinhentos postos de trabalho, 3% (três por cento);
- III- De quinhentos e um a mil postos de trabalho, 4% (quatro por cento);
- IV- Mais de mil postos de trabalho, 5% (cinco por cento).

#### **CLÁUSULA QUINTA - FISCALIZAÇÃO**

**5.1.** É facultado à **CEDAE** exercer ampla fiscalização sobre os serviços objeto do presente Contrato, diretamente ou por intermédio de prepostos devidamente credenciados, aos quais a **CONTRATADA** prestará a assistência requerida, facultando-lhe o acesso, em qualquer fase, época e local onde se processem tarefas relacionadas com o desenvolvimento dos serviços.

**5.2.** A ação ou omissão da Fiscalização da **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** de sua total e exclusiva responsabilidade quanto à perfeição dos serviços, ao cumprimento dos prazos e a quaisquer outras obrigações contratuais ou legais.

**5.3.** Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**6.1.** As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064  
Código Orçamentário: 33903918  
Fonte de Recursos: 10  
Conta Contábil: 411110301  
C. Custos: DS03000000  
ID da Reserva Orçamentária: 2018000509.

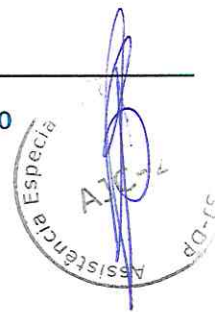
**6.2.** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – PREÇO E VALOR DO CONTRATO**

**7.1.** A **CONTRATADA** se obriga a realizar as obras ora contratadas, em regime de empreitada por preço unitário, pelo preço de sua Proposta na Licitação no valor de **R\$ 1.976.987,51 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil, novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos)**, com preço base no mês da Estimativa Orçamentária, conforme tabela abaixo, detalhada às fls. 1.218 a 1.220 do processo E-17/100.394/2015 (volume 005).



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	VALOR TOTAL DO ITEM (R\$)
01	SERVIÇOS TÉCNICOS	219.337,92
02	CANTEIRO DE OBRAS	338.332,34
03	SINALIZAÇÃO E EXAUSTÃO - TRAMO 1, TRAMO 2 E CAIXAS	23.612,76
04	MOVIMENTO DE TERRA	186.456,74
05	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL TRAMO 1	810.265,49
06	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL TRAMO 2	118.623,90
07	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DAS CAIXAS 1,2,3,4,5,6,7	280.355,36
TOTAL		1.976.987,51

\*planilha detalhada com preços unitários às fls. 1.218/1.220 do processo E-17/100.394/2015 (volume 005)

**7.2.** O preço ajustado no item anterior desta Cláusula inclui o lucro e todos os custos dos serviços, sejam diretos ou indiretos, responsabilizando-se a **CONTRATADA** por toda e qualquer despesa ainda que não prevista textualmente neste Contrato, inclusive a que decorrer de ato ou fato que implique em transgressão ou inobservância de qualquer dispositivo legal ou regulamentar, federal, estadual ou municipal.

**7.3.** A **CEDAE** poderá, atendendo às diretrizes da Lei 8.666/93, substituir, total ou parcialmente, quaisquer itens da Planilha de Preços da Proposta, por itens e serviços que constem da tabela de preços do Serviço de Composição de Preços da Empresa de Obras Públicas (EMOP), sendo os valores unitários adotados aqueles relativos ao mês da Estimativa Orçamentária descontados do percentual oferecido pela licitante vencedora em relação ao preço total orçado.

**7.3.1** Caso os serviços não constem da Planilha de Preços da Proposta nem da tabela de preços da EMOP, será efetuada pesquisa de mercado junto a no mínimo 04 (quatro) empresas especializadas, adotando-se o menor dos preços.

**7.3.2.** Em caso de acréscimo ou supressão de valores do total do contrato, o item Administração Local será recalculado mantendo a mesma relação percentual entre o valor do referido item e o valor total do contrato.

**7.4.** A **CONTRATADA** se obriga, especificamente, a aceitar nas mesmas condições contratuais o prescrito nos parágrafos 1º e 2º do Art. 65 (sessenta e cinco) da Lei 8.666/93 e suas alterações, quanto aos acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até os limites nela estabelecidos.

**7.4.1.** Em havendo acréscimo ou supressão de serviços constantes na planilha original, os preços unitários serão os mesmos originariamente propostos.

## CLÁUSULA OITAVA – MEDIÇÃO, FATURAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

**8.1.** Os pagamentos das faturas serão efetuados em parcelas mensais, após a aceitação das medições correspondentes por parte da **CEDAE**, no 30º (trigésimo) dia corrido contado a partir da data final do período de adimplemento.

**8.1.1.** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, por culpa exclusiva da **CEDAE**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.



**8.2.** Os pagamentos devidos em decorrência da execução dos serviços objeto deste Contrato serão efetuados mediante crédito em conta bancária, mantida pela **CONTRATADA**, via Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor" (Anexo VI), integrante de sua proposta.

**8.3.** Mensalmente, até o dia 30 (trinta) de cada mês, a Fiscalização, de comum acordo com a **CONTRATADA**, estabelecerá a programação dos serviços e/ou fornecimentos a serem realizados no mês seguinte, tendo por base as metas do cronograma físico-financeiro contratual e as necessidades da obra.

**8.4.** Mensalmente, a Fiscalização procederá à verificação do avanço da implantação e do cumprimento das metas mínimas do cronograma físico-financeiro contratual.

**8.5.** A cada 30 (trinta) dias, a **CONTRATADA** fará a emissão da medição/fatura dos serviços realizados e dos fornecimentos de materiais e equipamentos considerados pela Fiscalização aceitos e de conformidade com o cronograma físico-financeiro contratual, cujos percentuais limitarão os valores dos serviços medidos.

**8.5.1.** Os serviços relativos à administração local da obra, serão pagos com o mesmo percentual de execução da obra, quando das medições.

**8.5.2.** Na elaboração dos projetos executivos e Cadastro Técnico, previstos na presente licitação, deverão ser seguidas as Normas pertinentes. E, havendo a necessidade de acréscimo no número de pranchas previstas na planilha orçamentária, o que deverá ser tecnicamente justificado e submetido à aprovação da **CEDAE**.

**8.5.2.1.** Os itens referidos acima deverão ser medidos em função dos produtos apresentados, ou seja, as pranchas apresentadas.

**8.6.** A Fiscalização terá 2 (dois) dias úteis, após o recebimento da medição/fatura, para aprová-la ou devolvê-la.

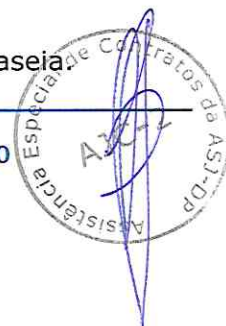
**8.6.1.** No caso de não concordância com parte da medição, a Fiscalização liberará a parte não controvertida, notificando a **CONTRATADA** quanto às pendências do restante da medição.

**8.6.2.** No caso de a Fiscalização encontrar erros na medição feita pela **CONTRATADA**, esta medição lhe será devolvida para sua reapresentação ou para proceder conforme disposto em 8.6.1.

**8.7.** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, a contagem do prazo para pagamento será suspensa até a reapresentação da respectiva fatura isenta de erros, sendo então prosseguida a contagem inicialmente interrompida.

**8.8.** A **CEDAE** não se responsabilizará pelo pagamento de medições de serviços executados em quantidades superiores às fixadas na Estimativa Orçamentária, salvo as expressamente determinadas pela Fiscalização.

**8.9.** Toda fatura fará menção específica à medição na qual a mesma se baseia



**8.10.** A liberação do primeiro pagamento ficará condicionada à entrega, pela **CONTRATADA**, da comprovação de pagamento da ART-ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA da obra.

**8.11.** Os pagamentos, das faturas ou notas fiscais, das etapas da prestação dos serviços, ficarão condicionados à apresentação, pela **CONTRATADA**, de cópia autenticada da guia quitada de recolhimento dos encargos previdenciários e respectiva folha de pagamento relativa aos serviços realizados na etapa faturada, conforme prescreve o parágrafo 2º do Art. 71 da Lei 8666/93 alterado pelo Art. 4º da Lei 9032/95 de 28/04/95.

**8.11.1.** Para efeito do subitem anterior a **CONTRATADA** deverá elaborar folha de pagamento exclusiva, para as obras contratadas, conforme preconizado no parágrafo 4º do Art. 31 da Lei 8212/91 de 24/07/91, alterado pelo Art. 2º da Lei 9.032/95 de 28/04/95.

**9.12.** A fatura final deverá corresponder, no mínimo, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato e só será processada após a aceitação provisória da obra.

**9.13.** A **CEDAE**, a qualquer tempo, poderá utilizar créditos da **CONTRATADA** para atender aos compromissos e obrigações assumidos, e não cumpridos, pela mesma, junto aos seus empregados e subcontratados, em decorrência das obras objeto deste Contrato.

**8.14.** Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a **CONTRATADA** não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea "y", da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento, até que seja sanada irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

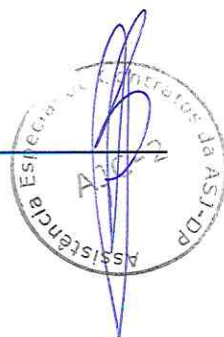
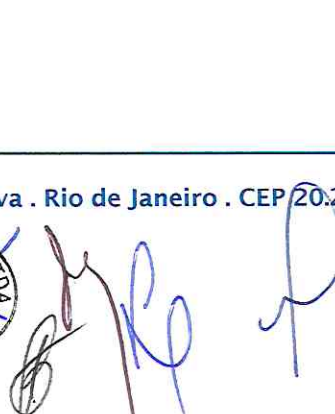
**8.15.** Somente será analisada a concessão do reajustamento de preços caso a periodicidade ultrapasse 1 (um) ano, unicamente se ocorrer variação do valor contratual, contado a partir da data da apresentação da proposta, observada a legislação vigente e/ou substitutivas e face à comprovada elevação dos insumos utilizados. Neste caso, será adotado como limite o índice relativo a família de cada item da planilha orçamentária.

- os preços contratados serão reajustados, unicamente em obediência à periodicidade prevista na lei vigente, e de acordo com o seguinte critério:

- valor do reajustamento, das obras e serviços contratados, será calculado pela variação do índice relativo a família de cada item da Planilha Orçamentária, que corresponde aos cinco primeiros dígitos do Código do Serviço, de acordo com a classificação estabelecida no "Catálogo de Referência da EMOP", tendo como data base a data da apresentação da proposta, segundo a fórmula que segue:

$$R = \sum P_0 * Q * \left[ \frac{I - I_0}{I_0} \right]$$

onde :





R = Valor do reajustamento  
 $P_0$  = Preço unitário contratual  
Q = Quantidade medida no mês  
I = Índice da família EMOP correspondente ao mês do reajustamento  
 $I_0$  = Índice da família EMOP correspondente ao mês da apresentação da proposta.

- o valor do reajustamento será objeto de fatura própria, separada daquela a preços contratuais.

**8.15.1.** O prazo decadencial convencionado para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na **CEDAE**, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

#### **CLÁUSULA NONA - GARANTIAS**

**9.1.** Como garantia do Contrato e da boa execução das obras em objeto e para cobertura de eventuais débitos, a **CONTRATADA** depositou na Tesouraria da **CEDAE** em 04/04/2018 a importância de 1,5% (um vírgula cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, de acordo com o Art. 56 (cinquenta e seis) da Lei 8.666/93, cujo comprovante está anexo às folhas 1.238 a 1247 do processo em questão.

**9.2.** Sempre que se fizer necessário, a **CONTRATADA** deverá providenciar o reforço da garantia, mantendo assim a relação de 1,5% (um vírgula cinco por cento) entre o valor da Garantia Contratual e o valor do Contrato.

**9.3.** A liberação da garantia de que tratam os itens anteriores desta Cláusula será de no mínimo 120 (cento e vinte) dias após o término da vigência do contrato e ficará condicionada à autorização, por parte da **CEDAE**, depois de apurado administrativamente o cumprimento das obrigações assumidas pela **CONTRATADA** e após a aceitação definitiva da obra pela Fiscalização da **CEDAE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

**10.1.** As obras objeto deste Contrato serão executadas sob a direção e responsabilidade técnica dos Engenheiros Sr. LUIZ EDUARDO DE MELLO SILVA, CREA nº RJ-26978/D/D, Sr. MARCOS VINICIUS PITTA MATHIEZEN, CREA nº RJ-42489/D e Sr. UBIRACINI RAMOS DE JESUS, CREA nº RJ-RJ-861007930/AP/D, que ficam autorizados a representar a **CONTRATADA**, em suas relações com a **CEDAE**, em matéria de serviço.

**10.2.** A **CONTRATADA** obriga-se a manter os engenheiros indicados nesta cláusula como Responsáveis Técnicos na direção dos trabalhos e no local das obras até seu final. A substituição dos Responsáveis Técnicos poderá ser feita por outro de igual lastro de experiência e capacidade, cuja aceitação ficará a exclusivo critério da **CEDAE**.

**10.3.** Os Responsáveis Técnicos aqui indicados deverão figurar como tal na ART - Anotação de Responsabilidade Técnica, de que trata o item 8.10 da Cláusula Oitava deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





**11.1.** A realização das obras, conforme definidos no Edital da Licitação e na Proposta da **CONTRATADA**, terá início a partir do dia seguinte da autorização expressa expedida pela **CEDAE** (Ordem de Início).

**11.2.** A **CEDAE** poderá, a qualquer tempo e a seu critério, determinar por escrito a suspensão dos serviços em andamento. A suspensão tornar-se-á efetiva 30 (trinta) dias corridos a partir do recebimento, pela **CONTRATADA**, desta determinação, devendo a mesma proceder à entrega dos serviços até então executados ou em execução, os quais lhe serão remunerados pela **CEDAE**, desde que tecnicamente aceitos.

**11.3.** A **CEDAE** poderá deixar de expedir Ordem de Execução - OEX, em função da indisponibilidade dos recursos indispensáveis à execução das obras, ou ainda se a **CONTRATADA** não tiver terminado ou imprimido, à OEX anterior, ritmo e qualidade aceitáveis pela Fiscalização da **CEDAE**. Nestes casos, não assistirá à **CONTRATADA** direito a indenização, reembolso ou compensação de qualquer espécie, exceto quanto ao pagamento de serviços executados, entregues e aceitos pela Fiscalização.

**11.4.** As Ordens de Execução emitidas pela **CEDAE** e aceitas pela **CONTRATADA** ficarão fazendo parte integrante deste Contrato.

**11.5.** A Coordenação Geral dos trabalhos da **CONTRATADA** deverá estar localizada, obrigatoriamente, no Município do Rio de Janeiro ou em outro Município do Estado do Rio de Janeiro, a juízo da **CEDAE**.

**11.6.** Deverá ser obedecida a orientação da Fiscalização da **CEDAE** na execução dos serviços.

**11.7.** Na execução das obras objeto deste Contrato serão obedecidas: as Especificações Técnicas, o Projeto e os demais elementos fornecidos pela Fiscalização; as Normas Técnicas da ABNT e, no que couber, as disposições legais e regulamentares em vigor, especialmente as relacionadas com execução, fiscalização, fornecimento, aceitação, conservação, penalidades, rescisão de contratos, pagamentos, medição de serviços e normas técnicas.

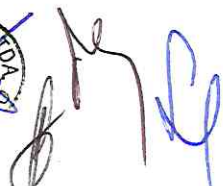
**11.8.** Na execução do objeto contratual serão também seguidos os dispositivos da **CEDAE-DPO-1** abaixo discriminados, cujas cópias poderão ser adquiridas na Coordenação de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia, à Av. Presidente Vargas, 2655 - 7º andar, no horário de 9:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas.

**11.8.1.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 01, de 01/04/85 que aprova o Modelo de Memorando para Solicitações Endereçadas à **CEDAE**.

**11.8.2.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 001, de 28/01/88 que aprova as Normas para Medições de Obras ou Serviços.

**11.8.3.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 03, de 01/04/85 que aprova as Normas para Prorrogação ou Suspensão do Prazo Contratual das Obras ou Serviços.

**11.8.4.** Ordem de Serviço "E" DPO nº 04, de 01/04/85 que aprova as Normas para Fiscalização das Obras ou Serviços.





**11.8.5.** Regulamento Geral de Medição e Preços de Serviços e Obras.

**11.9.** Todas as despesas relativas a serviços noturnos, inclusive as referentes a iluminação, correrão por conta exclusiva da **CONTRATADA**.

**11.10.** A **CONTRATADA** se responsabilizará, por si e por seus sucessores, por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que, a qualquer título venha a causar à **CEDAE**, ao Estado do Rio de Janeiro e/ou a terceiros, em decorrência da execução das obras objeto deste Contrato, assim como pelos causados por seus possíveis subcontratados.

**11.11.** A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6.514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3.214 de 08 de junho de 1978 e suas Portarias modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

**11.11.1.** Todos os empregados da **CONTRATADA** e de seus possíveis subcontratados deverão trabalhar com Equipamento de Proteção Individual (EPI), tais como capacetes, botas, capas, óculos e demais equipamentos adequados para cada tipo de serviço que estiver sendo desenvolvido. A Fiscalização poderá paralisar os serviços enquanto tais empregados não estiverem protegidos. O ônus da paralisação correrá por conta da **CONTRATADA**, mantendo-se inalterado o prazo de execução da obra.

**11.12.** No decorrer da execução dos serviços, será exigida uma produção que, aos preços contratuais, corresponda às etapas mensais estabelecidas pela **CONTRATADA** no cronograma físico-financeiro contratual, em percentagens acumuladas em relação ao valor total das obras contratados.

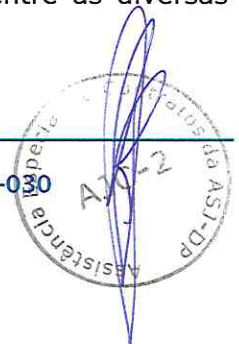
**11.12.1.** Caso estas etapas mensais não sejam cumpridas pela **CONTRATADA**, após a verificação da Fiscalização da **CEDAE**, serão pagos à **CONTRATADA**, somente os serviços e fornecimentos efetivamente executados.

**11.13.** Todos os materiais/equipamentos a serem empregados na execução das obras deverão ser de primeira qualidade e novos, sujeitando-se a **CONTRATADA** à realização dos ensaios/testes, de Controle de Qualidade, determinados pela Fiscalização.

**11.14.** Em todos os casos em que a execução dos serviços, por motivos imputáveis à **CONTRATADA**, ocasionar prejuízos aos serviços já executados, a **CONTRATADA** arcará com os custos de restauração para recolocá-los em suas condições originais.

**11.15.** A **CONTRATADA** responderá de maneira absoluta e inescusável pelos serviços, assumindo inteira, total e exclusiva responsabilidade pela sua execução e qualidade técnica.

**11.16.** A **CONTRATADA** se obriga a cooperar com outras contratadas da **CEDAE**, entrosando-se com elas, a fim de que todos os serviços se desenvolvam conforme a programação estabelecida para cada uma. Quaisquer entendimentos entre as diversas contratadas serão feitos, por escrito, sempre através da Fiscalização.





**11.17.** A aceitação das obras ficará sujeita à aprovação da Fiscalização, obrigando-se a **CONTRATADA** a refazer aqueles que forem rejeitados, ficando, também, condicionada ao fornecimento, pela **CONTRATADA**, das plantas e desenhos relativos às obras por ela, realmente executados, de acordo com as normas, instruções e especificações do Serviço de Cadastro Técnico da **CEDAE**.

**11.18.** A aceitação provisória da obra será promovida pela **CEDAE**, mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, a qual verificará quanto ao cumprimento de todas as cláusulas contratuais, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias da comunicação por escrito da **CONTRATADA**, informando a conclusão das obras.

**11.18.1.** Para o recebimento provisório será necessário a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND) junto ao INSS, a comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade da Situação Fiscal junto ao FGTS.

**11.18.2.** A emissão do **TERMO DE ACEITAÇÃO PROVISÓRIA**, ocorrerá antes da liberação do pagamento da última parcela prevista no cronograma físico financeiro do contrato, observando-se os seguintes procedimentos:

**11.18.2.1.** A empresa contratada deverá comunicar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado se encontra em condições de ter a sua posse transferida ou o resultado dos serviços executados entregues, mesmo que aquela entenda que existam ressalvas quanto ao cumprimento das obrigações contratuais por parte da **CEDAE**

**11.18.2.2.** As ressalvas deverão ser consignadas na citada carta e esta será encaminhada à **CEDAE** juntamente com a fatura relativa a última medição realizada do contrato e os documentos exigidos no contrato para a realização do pagamento. A Comissão de Fiscalização não poderá conceder a **CONTRATADA** o recibo simplificado de adimplemento da última etapa/parcela do cronograma físico-financeiro se não estiver acompanhada da respectiva carta.

**11.18.2.3.** Se após 10 (dez) dias contados a partir da conclusão da última etapa, a **CONTRATADA** omitir-se ou recusar-se em realizar a comunicação da condição da transferência de posse do objeto pactuado ou o resultado dos serviços executados à **CEDAE**, o Gerente do Contrato deverá notificá-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a obrigação de manifestar-se pela efetiva comunicação, informando acerca do inadimplemento de sua obrigação e da consequente suspensão do prazo para pagamento.

**11.18.2.4.** Persistindo a recusa da **CONTRATADA** em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto a notificação recebida, o prazo de pagamento referente a última fatura ficará suspenso.

**11.18.2.5.** Será considerado "adimplemento" a conclusão, pela **CONTRATADA**, de cada etapa (ou parcela) prevista no cronograma físico-financeiro acompanhada da apresentação de todos os documentos exigidos no contrato para a realização do correspondente pagamento.



**11.18.2.6.** Representante da **CEDAE**, após a conclusão de cada etapa/parcela, e no momento da apresentação de todos os documentos necessários ao pagamento da despesa, fornecerá a **CONTRATADA** recibo simplificado, com a listagem dos documentos recebidos. Na ausência de qualquer documento exigido no contrato, não será fornecido o referido recibo.

**11.18.2.7.** De imediato, o representante da **CEDAE** encaminhará os documentos recebidos à Comissão de Fiscalização do Contrato, para que esta, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega do recibo à **CONTRATADA**, verifique a veracidade e a correção das informações neles contidas e, se for o caso, efetive a atestação da fatura. Qualquer incorreção nos documentos apresentados pela contratada ensejará a suspensão do prazo para pagamento da fatura pela Comissão de Fiscalização.

**11.18.2.8.** A veracidade e a correção das informações contidas no comprovante de recolhimento de tributos e contribuições sociais serão verificadas no setor de Contas a Pagar da **CEDAE** quando do encaminhamento da fatura para pagamento.

**11.18.2.9.** Caberá a Comissão de Fiscalização do Contrato notificar a contratada quanto ao seu atraso nas providências necessárias à obtenção do adimplemento, fazendo-o ao menos uma vez, caso este supere 10 (dez) dias contados da conclusão da respectiva etapa. As notificações feitas pela **CEDAE** poderão ocorrer de modo simplificado, por correspondência eletrônica (e-mail) ou carta, exceto na última etapa/parcela, deverão ser registradas no processo.

**11.19.** A aceitação definitiva da obra será promovida pela **CEDAE** mediante a designação de uma Comissão de 3 (três) membros, devidamente habilitados, após 90 (noventa) dias da emissão do termo de que trata o item anterior desta Cláusula e, desde que tenham sido sanadas por parte da **CONTRATADA** as eventuais irregularidades nele consignadas, inclusive aquelas estipuladas na letra "m", item 4.1. da Cláusula 4ª deste Contrato. Nesta ocasião será emitido termo circunstanciado, assinado pelas partes.

**11.19.1.** Para a expedição do Termo de Recebimento Definitivo a **CONTRATADA** deverá tomar as seguintes providências:

- a) Testar todos os equipamentos e instalações;
- b) Revisar todos os acabamentos;
- c) Proceder à ligação definitiva de todas as instalações, devidamente oficializadas;
- d) Corrigir os defeitos ou imperfeições apontados ou que venham a ser verificados em qualquer elemento da obra/serviços executados;
- e) Apresentar a quitação das obrigações trabalhistas relacionadas com o pessoal empregado na obra, inclusive quanto às Guias de Recolhimento junto ao INSS e FGTS;
- f) Apresentar a Certidão Negativa de Débito (CND), fornecida pelo INSS relativo à obra/serviços.



**11.19.2.** A empresa contratada, após assinatura do Termo de Aceitação Provisória, n o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, deverá solicitar à **CEDAE**, por meio de carta redigida em papel timbrado, que o objeto pactuado seja aceito definitivamente.

**11.19.3.** De igual modo, a contratada deverá apresentar declaração de que a **CEDAE** possui ou não pendências de pagamento, dando-lhe a quitação financeira do contrato.

**11.19.4.** No caso de omissão ou recusa da contratada em solicitar à **CEDAE** a aceitação definitiva do objeto contratado, o Gerente do Contrato deverá notifica-la, por meio de carta registrada com aviso de recebimento, sobre a necessidade de manifestar-se pela efetiva solicitação em no máximo 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento da notificação.

**11.19.5.** Persistindo a recusa da Contratada em se manifestar, por meio de carta redigida em papel timbrado, quanto à notificação recebida, o Gerente do Contrato reterá a garantia contratual, se houver.

**11.19.6.** Compete ao Gerente do Contrato, quando couber, o acompanhamento e o controle dos prazos de vencimentos das apólices de seguro-garantia ou carta de fiança correspondente às garantias contratuais apresentadas pela **CONTRATADA**.

**11.19.7.** A inobservância do item anterior poderá ensejar apuração de responsabilidade, caso a perda da garantia contratual resulte em prejuízos para a **CEDAE**.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUBCONTRATAÇÃO OU CESSÃO DO CONTRATO**

**12.1.** A **CONTRATADA** só poderá subcontratar, mediante aprovação prévia, por escrito, da **CEDAE**, tendo como limite estabelecido o percentual de 15% (quinze por cento) do total do objeto licitado e desde que não contemple atividades correspondentes às parcelas de maior relevância técnica exigidas para fins de qualificação dos licitantes.

**12.1.1** É vedada a cessão ou sub-rogação do contrato.

**12.2.** A autorização de subcontratação concedida pela **CEDAE** não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade total pelo cumprimento de todos os termos e condições deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**13.1.** A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;



c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

**13.2.** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**13.2.1.** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

**13.3.** A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

**13.3.1.** A advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do item 13.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**13.3.2.** A suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", do item 13.1, será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**13.3.3.** A aplicação da sanção prevista na alínea "d", do item 13.1, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

**13.4.** A multa administrativa, prevista na alínea "b", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) Corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) Poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) Não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) Deverá ser graduada conforma a gravidade da infração;
- e) Nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.

**13.5.** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do item 13.1, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

**13.6.** A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos



determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**13.6.1.** A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**13.7.** O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento, ou das sanções administrativas.

**13.8.** Se o valor das multas previstas na alínea "b", do subitem 13.1 e no subitem 13.10, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**13.8.1.** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**13.9.** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**13.9.1.** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**13.9.2.** A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**13.9.2.1.** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b", e "c", do item 13.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d", do item 13.1.

**13.10.** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**13.11.** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com as sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e a declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer ente ou entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO**

**14.1.** Constituem causas para rescisão do Contrato, de acordo com o Artigo 78 da Lei 8.666/93, os seguintes motivos, dentre outros:



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





**14.2.** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia ampla defesa.

**14.3.** A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus defeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**14.4.** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:

- a) reter a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por elas recebidas indevidamente;
- b) cobrar a contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se ao prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CASO FORTUITO OU DE FORÇA MAIOR**

**15.1.** Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impedida de cumprir suas obrigações, no todo ou em parte, em consequência de caso fortuito ou de força maior, deverá comunicar o fato de imediato à Fiscalização da **CEDAE** e ratificar por escrito a comunicação, informando os efeitos danosos do evento.

**15.2.** Constatada a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, ficarão suspensas tanto as obrigações que a **CONTRATADA** ficar impedida de cumprir, quanto a obrigação de a **CEDAE** remunerá-las.

**15.3.** A ocorrência de fatos próprios às condições climáticas regionais, bem como suas consequências, não serão consideradas causas para prorrogação do prazo contratual estabelecido na Cláusula 2ª deste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – EXCEÇÃO DE IMPEDIMENTO**

**16.1.** Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**16.2.** A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, de forma a não prejudicar a continuidade dos serviços públicos, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

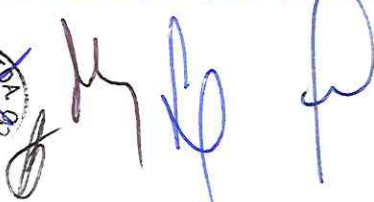
#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ENCARGOS**

**17.1.** A **CONTRATADA** será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes às legislações fiscal, comercial, trabalhista e previdenciária que incidam ou venham a incidir sobre o presente Contrato, os quais correrão por sua exclusiva conta.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





**18.1.** Este Contrato só poderá ser alterado ou modificado em quaisquer de suas Cláusulas, mediante aditivo contratual, que deverá ser remetido, em no máximo 15 (quinze) dias a partir de sua publicação, ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA- FACULDADE DE USO**

**19.1.** O atraso, tolerância ou omissão por parte da **CEDAE** no exercício de quaisquer direitos que lhe assistem na forma deste Contrato, do Edital de Licitação ou da Lei em geral, não poderão ser interpretados como novação ou renúncia a tais direitos, podendo a **CEDAE** exercitá-los a qualquer tempo.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

**20.1.** As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**20.2.** Caso a CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

**21.1.** Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato até o décimo quinto dia útil seguinte ao da sua assinatura.

**21.2.** O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

**22.1.** Todos os originais dos documentos, estudos, fluxogramas, especificações, folhas de cálculos, etc., elaborados pela **CONTRATADA** serão propriedade da **CEDAE** e neles não deverá constar qualquer declaração que limite este direito.

**22.2.** À **CONTRATADA** é vedado dar conhecimento, transmitir ou ceder a terceiros qualquer dado, documentação preparada ou recebida para a execução das obras, dar entrevistas faladas ou escritas, salvo com prévia e formal autorização da **CEDAE**.

**22.3.** A **CONTRATADA** providenciará todos os documentos necessários para que seu pessoal possa executar legalmente os serviços especificados neste Contrato.

**22.4.** A **CEDAE** não será responsável por quaisquer danos ou prejuízos que a **CONTRATADA**, direta ou indiretamente, por si ou seus prepostos, causarem a terceiros



em virtude da execução das obras de que cuida este Contrato. Em qualquer hipótese, a **CONTRATADA** será, sempre, a única e exclusiva responsável pelo seu ressarcimento.

**22.5.** Em caso de divergência entre as condições do Edital e este contrato, prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – CASOS OMISSOS**

**23.1.** Os casos omissos serão resolvidos conforme disposto na Lei 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FORO**


**24.1.** Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste Contrato, o foro competente é o da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por assim estarem justas e contratadas, mandaram emitir o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor, que assinam com as testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, 25 de ABRIL de 2018.

Pela **CEDAE**:

  
**JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD**  
Diretor Presidente

  
**MARCIO DE MELLO ROCHA**  
Diretor de Distribuição e Comercialização do Interior

Pela **CONTRATADA**:

  
**LUIZ EDUARDO DE MELLO SILVA**  
Diretor

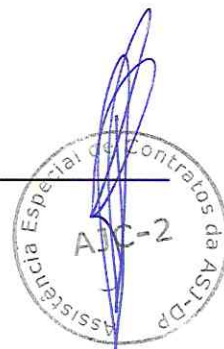
  
**MARCUS VINICIUS PITTA MATHIEZEN**  
Diretor Presidente

**TESTEMUNHAS:**

Ref. contr-ENGREST-serviço-para-recuperacao-estrutural-emissario-submarino-de-ipanema-CN-004-17-VB



Av. Pres. Vargas, 2655 . Cidade Nova . Rio de Janeiro . CEP 20.210-030  
www.cedae.com.br





ENGREST

CEDAE - COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS  
Assessoria Técnica Operacional de Esgoto - ATO-DS

CEDAE

FT 17/100396/2015  
FUNDACÃO AERINO  
RECONHECE  
EMPRESA AMICA DA CIDADANIA  
www.cedae.com.br

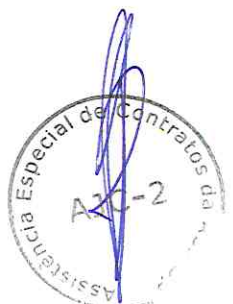
CRONOGRAMA PARA SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 1º E 2º E DAS CAIXAS DE CHEGADA E CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA.	
Título	Preços de:
Munic. RIO DE JANEIRO	Julho-17

CRONOGRAMA FISCO-FINANCEIRO - DESONERADO

Item	Descrição	TOTAL	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4
1	SERVIÇOS TÉCNICOS	R\$ 219.337,92	R\$ 54.834,48	R\$ 54.834,48	R\$ 54.834,48	R\$ 54.834,48
2	CANTEIRO DE OBRAS	R\$ 338.332,34	R\$ 84.583,09	R\$ 84.583,09	R\$ 84.583,09	R\$ 84.583,09
3	SINALIZAÇÃO E EXAUSTÃO - TRAMO 1, TRAMO 2 E CAIXAS	R\$ 23.612,76	R\$ 5.903,19	R\$ 5.903,19	R\$ 5.903,19	R\$ 5.903,19
4	MOVIMENTO DE TERRA	R\$ 188.458,74	R\$ 46.614,19	R\$ 46.614,19	R\$ 46.614,19	R\$ 46.614,19
5	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL TRAMO 1	R\$ 810.265,49	R\$ 202.566,37	R\$ 202.566,37	R\$ 202.566,37	R\$ 202.566,37
6	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL TRAMO 2	R\$ 118.623,90	R\$ 29.655,98	R\$ 29.655,98	R\$ 29.655,98	R\$ 29.655,98
7	RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DAS CAIXAS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7.	R\$ 280.355,36	R\$ 70.088,84	R\$ 70.088,84	R\$ 70.088,84	R\$ 70.088,84
TOTAL		100,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%
ACUMULADO		R\$ 1.976.987,51	R\$ 494.246,88	R\$ 494.246,88	R\$ 494.246,88	R\$ 494.246,88
		Percentual	25,00%	50%	75%	100%
		Valor	R\$ 494.246,88	R\$ 988.493,76	R\$ 1.482.740,63	R\$ 1.976.987,51

ENGREST  
Eng.º de Recuperação Estrutural Ltda.  
Eng.º Margus Vinicius Pires Mattheizen  
Diretor Presidente

ENGREST  
Eng.º de Recuperação Estrutural Ltda.  
Eng.º Luiz Eduardo de Mello Silva  
Diretor





Luiz de Souza, ID nº 2146952-0; Daniel Paulino Silva, ID nº 5034760-8; Waldineir Azevedo da Silveira, ID nº 4255391-1; Luis Fernando Dias de Souza, ID nº 2869634-6; Alvaro Silva de Moura, ID nº 2146842-7 e Sander Luiz Caetano, ID nº 2146865-6 para em Comissão, sob a presidência do primeiro, efetuar o inventário e a reavaliação dos bens móveis pertencentes ao INEA e os que lhe estão cedidos.

Art. 2º - A Comissão deverá iniciar os trabalhos de cadastramento em 01 de maio do corrente ano e concluí-lo em 02 meses.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA  
Presidente do Instituto Estadual do Ambiente  
COORDENADORIA EXECUTIVA E DE PLANEJAMENTO  
ATO DO COORDENADOR-EXECUTIVO  
PORTARIA INEA COEXEC Nº 38 DE 27 DE ABRIL DE 2018

CRIA COMISSÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO INEA Nº 04/2018, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O COORDENADOR-EXECUTIVO E DE PLANEJAMENTO DO INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA, no uso das atribuições previstas na Lei nº 5.101 de 04 de outubro de 2007, e no Decreto Estadual nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, tendo em vista o que consta no Processo nº E-07/002/11085/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Criar Comissão para proceder a gestão e fiscalização do Contrato INEA Nº 04/2018, firmado com G.DAL PRA COMÉRCIO DE EXTINTORES-ME.

Art. 2º - Designar ANGÉLICA MARTINS OLIVEIRA, ID Funcional nº 2869684-6, para a Gestão do Contrato nº SUPBGEIAU/0013306, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 412/2018, 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

Art. 3º - Esta Portaria retroagirá seus efeitos a 09/03/2018, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2018

LINCOLN MURCIA  
Coordenador Executivo e de Planejamento

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE  
CONSELHO DIRETOR  
DESPACHOS DO CONSELHO- DIRETOR  
DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-07/513.908/2012 - Roney José da Silva - Auto de infração nº SUPBGEIAU/0013306, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 412/2018, 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/500.729/2010 - Paga-Tudo Serviços de Terraplanagem LTDA - Auto de infração nº SUPBGEIAU/00141071, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 42/2018, 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

PROCESSO Nº E-07/002.345/2014 - Citeria Incorporações e Participações LTDA - Auto de infração nº SUPBGEIAU/00141071, face ao deliberado pelo CONDIP, no item VII, da ATA 266ª da Reunião Ordinária de Assuntos Gerais de 30 de novembro de 2015, e com base no Parecer da Procuradoria do INEA GC nº 40/2018, 19 de abril de 2018, tendo em vista manifesta preclusão, DEIXA-SE de processar o recurso.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 28/03/2018

DESIGNA EDISIO FERNANDES OLIVEIRA, Agente de Saneamento I, como presidente, LEONARDO TEIXEIRA PINTO e FABIO CORIOLANO SILVEIRA, Engenheiros B, como membros titulares e ALEXANDRE PEREIRA MARINS, Engenheiro B, como membro suplente, Gerente do Contrato CELSO HENRIQUE CARIONI F. RODRIGUES, Agente Administrativo E e ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento G, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato de prestação de serviços para a RECONSTRUÇÃO E CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA, de que trata o Processo nº E-17/100.394/2015, Ordem de Serviço "E" Nº 15.074/2018.

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS  
ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE  
DE 04/04/2018

DESIGNA LANDERLEY LEMOS DE ABREU, Técnico Eletromecânica II, como presidente, RONALDO DA SILVA CANAVEZES, Técnico Eletromecânica II, JOSE JORGE SIQUEIRA BARBOSA, Técnico Eletromecânica II, como membros titulares e PEDRO HENRIQUE MARIANO ALMEIDA, Engenheiro B, como membro suplente, Gerente do Contrato JULIO CESAR OLIVEIRA, Agente Administrativo E e ROSSON PORTO CARDOSO, Engenheiro B, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado aos "SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2(DOS) ELEVADORES DA ELEVATORIA SUBTERRÂNEA DO LAMEIRO", de que trata o Processo nº E-07/100.511/2017, Ordem de Serviço "E" Nº 15.081/2018.

SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE  
INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DA PRESIDENTE  
DE 24.04.2018

PROC. Nº E-07/030.113/2018 - GISELE DE ALBUQUERQUE FERREIRA, Analista de Desenvolvimento Funcional, ID Funcional 4436018-5. De acordo com o disposto no artigo 129 do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979, CONCEDO 03 (três) meses de Licença Especial relativa ao período-base de 01/11/2012 a 19/11/2017.

Secretaria de Estado de Trabalho e Renda

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 26/04/2018

PROCESSO Nº E-22/001/061/2018 - REVOGA a licitação, modalidade Pregão Eletrônico nº 001/2018, do tipo Menor Preço Unitário, referente à aquisição de 130 (cento e trinta) Barracas de Madeira, de acordo com o disposto no presente Edital e respectivos Anexos e, tendo em vista o que consta nos autos do processo.

Secretaria de Estado de Cultura

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 24/04/2018

PROCESSO Nº E-18/005/135/2018 - AUTORIZO, com base na delegação de competência conferida pelo Decreto nº 44.251, de 17 de junho de 2013, e nas informações constantes deste processo, o afastamento do país no período de 01 a 30 de agosto de 2018. Encaminham-se os autos à Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro - FTMRJ, para as providências complementares.

DESPACHO DO SECRETÁRIO  
DE 27/04/2018

PROCESSO Nº E-18/001/128/2018 - RATIFICO a contratação direta por meio de dispensa de licitação, em conformidade com o art. 24, inciso VIII, da Lei Federal nº 8.666/1993, no valor estimado de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), em favor da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro - IOERJ, de acordo com a autorização do Ordenador de Despesas.

ID: 2103383

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA  
FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO

RETIFICAÇÃO  
D.O. DE 27.04.2018  
PÁGINA 25 - 1ª COLUNA  
ATO DO ORDENADOR DE DESPESAS  
DE 24.04.2018

ELIZABETH BITTENCOURT OLIOI  
PROCESSO: E-18/005/469/2016  
Onde se lê: ID Funcional nº 3218654-2.  
Leia-se: ID Funcional nº 3218645-2.

ID: 2103054

FUNDAÇÃO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA  
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO CHEFE  
DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-18/005/196/2018 - NEACI DE SOUZA NUNES PINHEIRO, ID Funcional nº 5025361-1, ANOTE-SE, para fins de aposentadoria, com base no artigo 80, inciso I do Decreto nº 2479/79 de 08/03/1979, e tempo de contribuição prestado a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no período compreendido entre 07.10.2003 a 06.03.2014, no total de 3.003 (três mil e trezentos e três) dias de efetivo exercício.

ID: 2103078

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO CHEFE  
DE 24/04/2018

PROC. Nº E-18/400.046/1992- AUTORIZO a concessão de 03 (três) meses de Licença Prêmio a servidora PAULINO RAMOS DA SILVA - Identidade Funcional 28665457, referente ao período base de 08/11/2008 a 08/11/2013, nos termos do artigo 129, do Decreto nº 2.479, de 08/03/1979.

ID: 2103210

FUNDAÇÃO ANITA MANTUANO DE ARTES  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL  
DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS

DESPACHO DO CHEFE  
DE 24.04.2018

PROC. Nº E-18/002/325/2018. Considerando o disposto no § 9º, do art. 201 da CF/88, REGISTRA-SE, para fins de aposentadoria, o cálculo de 305 (trezentos e cinco) dias, constantes na conta expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social, para o servidor DUALMA NEVES FILHO, ID Funcional 2867016-7, desprezados 30 (trinta) dias por serem concomitantes com esta Fundação.

ID: 2103215

Secretaria de Estado de  
Esporte, Lazer e Juventude

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

ATO DO PRESIDENTE

PORTARIA SUDERJ Nº 11 DE 20 DE ABRIL DE 2018

DELEGA COMPETÊNCIA PARA AUTORIZAR  
DESPESAS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PRESIDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SUDERJ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 82, inciso VI e § 1º da Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979, bem como o art. 14 do Decreto Lei Estadual nº 239, de 21 de julho de 1975, prevendo o Decreto nº 45.247, de 08 de maio de 2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar competência aos servidores ROGÉRIO BARROS DA SILVA, Vice Presidente Executivo de Esportes, ID Funcional nº 5005789-3, e MAURO LOPES GUIMARÃES, Diretor do Departamento de Administração e Finanças, ID Funcional nº 870775-8, para, como Ordenadores de Despesas, praticar, nos termos da legislação vigente, todos os atos de gestão orçamentária e financeira, compreendendo:  
- a) autorização de despesas, reconhecimento de dívidas, emissão de notas de empenho, movimentação de recursos financeiros, pagamento e de cheques nominativos;

II - concessão de adiantamentos e diárias e aprovação ou impugnação das respectivas prestações de contas;  
III - aprovação, homologação, adjudicação dos resultados das licitações, bem como sua anulação, em caso de ilegalidade, autorizando sua abertura e declarando dispensa ou inexistência de licitação, com base na legislação em vigor;

IV - requisição de transporte aéreo de passageiros ou de carga;

V - assinatura de acordo, convênios e contratos, bem como aplicação de penalidades pecuniárias previstas em lei, quando verificado o descumprimento de obrigação contratual ou seu relaxamento;

VI - designação de servidores, inclusive como substitutos de titulares de órgãos da estrutura para as respectivas áreas de atuação, bem como sua devolução para o órgão ou entidade de origem, quando cedidos;

VII - assinatura de apostilas declaratórias;

VIII - adoção de providências relativas à posse e exercício de ocupações de cargo em comissão;

IX - encaminhamento de processo e/ou ofícios às diversas unidades administrativas da SUDERJ, bem como às demais secretarias de Estado, Fundações e autarquias;

X - aprovação de escalas de férias e administração da frequência dos servidores em exercício no Gabinete do Presidente;

XI - autorização de contagens de tempo de serviço, nos termos da legislação em vigor; e

XII - autorização de publicação, em órgãos oficiais, de matéria referente à SUDERJ;

Art. 2º - Da presente Portaria será dado conhecimento imediato ao tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro e à secretaria de Estado da Fazenda e Planejamento, nos termos do Parágrafo Único, do art. 287, do código de Administração Financeira e contabilidade pública do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 26 de abril de 2018

RODRIGO DOS SANTOS VIZEU SOARES  
Presidente/SUDERJ

ID: 2103161

Procuradoria Geral do Estado

http://www.pge.rj.gov.br

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL  
DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-14/001.01772/2016 - Confidencial - (...) instaura, na forma da Lei nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, e do art. 45 da Resolução PGE nº 4.152/2017, Processo Administrativo Disciplinar para a apuração de eventual infração aos artigos 17 e 18 da Lei nº 5.427/2009, do III, do Decreto-Lei nº 220/75, e 286, inciso III, do Decreto nº 2.479/1979 (...).

ID: 2103220

DESPACHO DO PROCURADOR-GERAL  
DE 27.04.2018

PROC. Nº E-14/001.015175/2018 - RATIFICO a inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, em favor dos Professores do Programa de Acesso e Inclusão Social da PGE, no montante de R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais), nos termos da autorização da Procuradoria em exercício no CEJUR, autoridade ordenadora de despesa.

ID: 2103178

DESPACHO DA ASSESSORA ESPECIAL  
DE 26/04/2018

PROCESSO Nº E-14/001.005950/2018 - RECONHEÇO A DÍVIDA da Procuradoria Geral do Estado, referente a débito de exercício anterior, no valor de R\$ 615,97 (seiscentos e quinze reais e noventa e sete centavos), em favor da Empresa SODEXO PASS DO BRASIL SERV. E COM. S/A.

ID: 2103009

DESPACHO DA PROCURADORA-ASSISTENTE  
DE 27.04.2018

PROCESSO Nº E-14/001.006084/2016 - ITAMAR RIBEIRO DE CARVALHO - Cargo: Assistente Jurídico (Aposentado) - Id. Funcional nº 19240945 - CPF: 043.188.117-00. Louvado no parecer médico pericial da Superintendência Central de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional, da Secretaria de Estado de Saúde, anexado à fl. 35, INDEFIRO o pedido.

ID: 2103179

www.pge.rj.gov.br

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

ATA DA 521ª SESSÃO

Do dia 20 (vinte) do mês de abril de dois mil e dezoito, no Edifício Sede da Procuradoria Geral do Estado, situado na Rua do Carmo nº 27 - 13º andar, compareceram à 521ª Sessão do Conselho da Procuradoria Geral do Estado, sob a Presidência do Procurador-Geral do Estado Rodrigo Crelier Zambão da Silva, os Procuradores do Estado Adriana Bragança Dias da Silva, Flávio do Azevedo Villeman, Adriana Prata de Freitas, Flávio Lessa Barabó Magalhães, Debora Fernandes de Souza Melo, Emerson Barbosa Maciel, José Carlos Vasconcelos dos Reis, Erick Tavares Ribeiro, Fabiana Machado, Renata Guimarães Soares Bechara e Rogério Carvalho Guimarães. Também estiveram presentes o Procurador-Corregedor Antenor Ulysses e a Procuradora-Corregedora Assistente Janaina Andrade Sousa Cruz. Diante dos presentes, foi declarada aberta a sessão e designada para secretariar os trabalhos o Procurador-Corregedor. Iniciados os trabalhos, foi analisado o processo nº E-14/001.005506/2013 (confidencial), em virtude da argruão de suspensão de fls. 1525 a 1.576. Ausente o interessado e presente o advogado, Dr. Lucas Matos Pereira, que apresentou subsustentação. O Presidente do Conselho, após a leitura de relatório sobre o incidente, concedeu a palavra ao advogado, que não quis se pronunciar. Em seguida, o Presidente, depois de ler as suas razões de decidir, inadmitiu a exceção de suspensão, tendo o Conselho, por unanimidade, ratificado a decisão de inadmissão da arguição de suspensão, endossando as razões do Presidente. Após, o advogado do interessado deixou a sessão. Em seguida, foi examinado o processo administrativo nº E-14/001.006002/2014 - acompanhamento do Estágio Confiatário de Procurador. Após a leitura das avaliações, o Conselho deliberou, por unanimidade, pela confirmação do Procurador no cargo de Procurador do Estado, não tendo votado o Conselheiro Rogério Carvalho Guimarães, por integrar a Comissão de Estágio Confiatário. Posteriormente, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.013108/2018 - afastamento para estudo. Após a leitura do requerimento, os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento integral do pedido de fls. 03/05. Ao continuar, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.011075/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, considerando-se as especificidades do caso em exame, deliberaram pelo deferimento do pedido de fls. 8, com a ratificação de fls. 205. Depois, foi analisado o processo administrativo nº E-14/001.006924/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento dos pedidos de fls. 03/05. Foi analisado também o processo administrativo nº E-14/001.014135/2018 - afastamento para estudo. Os Conselheiros, por unanimidade, deliberaram pelo deferimento dos pedidos de fls. 03/06, à exceção das diárias. Em seguida, diante das discussões acerca do assunto, foi deliberado pelo Conselho que seja avaliada o cabimento da revisão dos Resoluções PGE nº 2000/2005 e 3.676/2014. Após, em assuntos gerais, foram analisados os processos referentes ao estágio probatório das seguintes servidoras: E-14/001.014575/2014 - Maria Isabel Vidal de Azevedo; e E-14/6830/2011 - Guimar de Andrade Rosendo. Após a leitura das avaliações, por unanimidade, foram as mesmas aprovadas no Estágio Probatório. Em seguida, o processo nº E-14/001.008173/2018 foi redistribuído ao Procurador Rogério Carvalho Guimarães, e o processo administrativo nº E-14/001.014879/2018 foi distribuído à Procuradora Adriana Bragança Dias da Silva. Não havendo mais a ser discutido, o Presidente do Conselho deu por encerrados os trabalhos, do que, para constar, o Procurador-Corregedor lavrou a presente Ata, que vai por ambos assinada.

ID: 2103230

DISQUE COMBATE  
AO PRECONCEITO  
(21) 2334-9551





**MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE RESENDE E O INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO S/A. OBJETO:** Constitui objeto do presente Termo de Execução do Projeto de Fortalecimento da Gestão do Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba no Município de Resende - RJ, no valor de R\$ 554.730,67 (quinhentos e cinquenta e quatro mil setecentos e trinta reais e sessenta e sete centavos), conforme aprovado pela COARJ. DATA DE ASSINATURA: 26/03/2018. FUNDAMENTO LEGAL: Proc. nº E-07/001.199/2017.

Id: 2103173

## ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## EDITAL

**O INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE - INEA**, nos termos do art. 14, §4º, da Lei nº 3.467, de 14/09/2000, informa que, tendo em vista a Notificação nº RJ-NOT-2018-00036, fica V.Sa. notificado a apresentar ao INEA, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação em Diário Oficial o recibo de inscrição do imóvel no CAR.

## CONVOCA:

**NOME OU RAZÃO SOCIAL:** José Tarosio Rezende de Moraes. **CNPJ/CPF** Nº: 453.820.777-20. **ENDEREÇO:** Rua Aureliano Faquino - Bom Jesus do Itabapoana.

O convocado ou seu representante legal deverá comparecer no INEA, no prazo de 20 dias para tomar ciência do processo, à Av. José Alves de Azevedo, 483, Pq. Rosário - Campos dos Goytacazes - RJ. O processo terá continuidade independente do comparecimento do convocado.

Id: 2103408

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**  
**COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO**

## AVISO

**A PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO**, nomeados pela Portaria INEA/PRES nº 747, de 30 de novembro de 2017, do Instituto Estadual do Ambiente - INEA torna público que fará realizar o pregão abaixo:

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2018**

**OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviço de Limpeza e Higienização de Reservatórios de Água e Controle dos Padrões de Potabilidade de Água Consumida.

**TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Global

**DATA DE INÍCIO DE ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 03/05/2018, às 09:00 horas

**DATA LIMITE PARA ACOELHIMENTO DAS PROPOSTAS:** 03/05/2018, às 10:45 horas.

**DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 16/05/2018, às 10:45 horas.

**DATA E HORA DO PREGÃO:** 26/05/2018, às 11:00 horas.

**PORTAL:** www.compras.rj.gov.br

**NÚMERO DA LICITAÇÃO NO PORTAL:** 21038

**ACQUISIÇÃO:** O Edital e seus Anexos encontram-se disponíveis no endereço acima, podendo, alternativamente, ser adquirida uma via impressa mediante a permuta de 02 (dois) resmas de papel A4, na Avenida Venezuela, nº 110 - Sala 404 - Saúde - Rio de Janeiro - RJ - no horário de 10:00 às 12:00 e de 14:00 às 16:00 de segunda à sexta-feira.

**INFORMAÇÕES:** Os interessados poderão obter informações sobre o Edital no endereço e horário acima mencionado ou pelo telefone (21) 2334-9430.

Id: 2103407

## INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149850

**NOME:** Roberto Luiz Dias. **CNPJ/CPF** Nº: 709.454.467-72. **ENDEREÇO:** Rua Cícero Ruyh - Vista do Paraiíba Próximo ao Colégio Sei - Jardim da Aldeia. **INFRAÇÃO:** Art. 64 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Itacora. **MULTA:** R\$ 5.693,33. **PROCESSO** Nº E-07/002.10444/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149812

**NOME:** Prefeitura Municipal de Aperibé. **CNPJ/CPF** Nº: 36.288.900/0001-23. **ENDEREÇO:** Rua Vereador Ailton Leal Cardoso, 01 - Verdes Campos. **INFRAÇÃO:** Art. 90 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Aperibé. **MULTA:** R\$ 20.000,00. **PROCESSO** Nº E-07/002.382/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149795

**NOME:** Luciano de Sousa Ferreira. **CNPJ/CPF** Nº: 086.330.387-06. **ENDEREÇO:** Sítio Cachoeira Alegre (Meia Laranja). **INFRAÇÃO:** Art. 07 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Santo Antônio de Pádua. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.1073/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149750

**NOME:** Juncá Cordeiro Restaurante Ltda - Me. **CNPJ/CPF** Nº: 11.447.964/0001-07. **ENDEREÇO:** Avenida Doutor Nilo Pecanha, 439 - Parque Santo Amaro. **INFRAÇÃO:** Art. 98 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Campos dos Goytacazes. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.13724/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149746

**NOME:** Indústria de Alimentos Pedra Preta. **CNPJ/CPF** Nº: 07.757.460/0001-08. **ENDEREÇO:** Rua Regina Brum Correia, 1435 - Bairro Olívia Peres. **INFRAÇÃO:** Art. 64 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Porciúncula. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.13611/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149751

**NOME:** Valdir Menezes Comércio de Pescados Ltda - Me. **CNPJ/CPF** Nº: 04.811.465/0001-83. **ENDEREÇO:** Rua Alberto Simões, Nº 65 - Barra de Itabapoana. **INFRAÇÃO:** Art. 85 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** São Francisco do Itabapoana. **MULTA:** R\$ 8.252,61. **PROCESSO** Nº E-07/002.7240/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149042

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. **CNPJ/CPF** Nº: 11.019.738/0001-17. **ENDEREÇO:** Av. Dr. Nilo Pecanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. **INFRAÇÃO:** Art. 76 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Campos dos Goytacazes. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.15367/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149742

**NOME:** Reinaldo José de Braga. **CNPJ/CPF** Nº: 950.961.837-34. **ENDEREÇO:** Rua José Manoel de Souza, 133 - Alto Alegre. **INFRAÇÃO:** Art. 52 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Quissamã. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.12032/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149796

**NOME:** Tarosio de Andrade e Silva. **CNPJ/CPF** Nº: 007.080.777-90. **ENDEREÇO:** Sítio Cachoeira Alegre (Meia Laranja). **INFRAÇÃO:** Art. 07 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Santo Antônio de Pádua. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.667/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149036

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. **CNPJ/CPF** Nº: 11.019.738/0001-17. **ENDEREÇO:** Av. Dr. Nilo Pecanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. **INFRAÇÃO:** Art. 76 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Campos dos Goytacazes. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.15366/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149799

**NOME:** Prefeitura Municipal de Aperibé. **CNPJ/CPF** Nº: 36.288.900/0001-23. **ENDEREÇO:** Rua Vereador Ailton Leal Cardoso,

01 - Verdes Campos. **INFRAÇÃO:** Art. 95 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Aperibé. **MULTA:** R\$ 9.446,73. **PROCESSO** Nº E-07/002.520/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149757

**NOME:** Luzia de Almeida Moraes. **CNPJ/CPF** Nº: 734.055.377-91. **ENDEREÇO:** Praça Governador Lúcio Costa, 30 - Centro. **INFRAÇÃO:** Art. 76 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Bom Jesus do Itabapoana. **MULTA:** R\$ 2.000,00. **PROCESSO** Nº E-07/002.11246/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149741

**NOME:** Lafargeholcim (Brasil) S/A. **CNPJ/CPF** Nº: 60.869.336/0093-35. **ENDEREÇO:** Rod. Br-356, S/Nº Km 68 - Parte - Paraíso. **INFRAÇÃO:** Art. 76 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Itaúva. **MULTA:** R\$ 2.000,00. **PROCESSO** Nº E-07/002.11269/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFIS/00149784

**NOME:** Indústria e Comércio de Artefatos Cerâmicos São José Ltda - Me. **CNPJ/CPF** Nº: 23.894.282/0001-02. **ENDEREÇO:** Inúvel Alto de Areia - 3º Distrito - Sabão. **INFRAÇÃO:** Art. 85 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Campos dos Goytacazes. **MULTA:** Suspensão Parcial ou Total das Atividades. **PROCESSO** Nº E-07/002.13061/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149797

**NOME:** Benedito Izuel Dias. **CNPJ/CPF** Nº: 782.139.757-15. **ENDEREÇO:** Sítio São Sebastião da Boa Vista - Zona Rural. **INFRAÇÃO:** Art. 52 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Santo Antônio de Pádua. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.12849/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº SUPSULEIA/00149041

**NOME:** Centro de Qualidade de Vida Academia Nova Estação. **CNPJ/CPF** Nº: 11.019.738/0001-17. **ENDEREÇO:** Av. Dr. Nilo Pecanha, 393 - Bairro Parque Santo Amaro. **INFRAÇÃO:** Art. 76 da Lei Estadual Nº 3467/2000. **MUNICÍPIO:** Campos dos Goytacazes. **MULTA:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.15374/2013.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00149675

**NOME:** Nilton de Souza Vieira. **CNPJ/CPF** Nº: 00.655.285/0001-34. **ENDEREÇO:** Estrada do Jacu, s/nº. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Paraty. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.13945/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00149436

**NOME:** Sebastião Menezes. **CNPJ/CPF** Nº: 381.841.927-20. **ENDEREÇO:** Av. Primavera, 2 - Panatral. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Paraty. **PENALIDADE:** R\$ 1.976,44. **PROCESSO** Nº E-07/002.7960/2017.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00149676

**NOME:** Posto de Gasolina Marina Parque Verolme Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 08.081.191/0001-75. **ENDEREÇO:** Av. Wiston Maruca, s/nº. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis. **PENALIDADE:** R\$ 34.736,24. **PROCESSO** Nº E-07/002.13098/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00149842

**NOME:** Eduardo Vilhota Mortari. **CNPJ/CPF** Nº: 004.654.108-04. **ENDEREÇO:** Travessa Miguel Elias Miguel Nº35 - Sala 14. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis. **PENALIDADE:** R\$ 9.539,48. **PROCESSO** Nº E-07/002.1033/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00147347

**NOME:** Marina Imperial Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 12.937.572/0001-80. **ENDEREÇO:** Conceição de Jacaré. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Guaratuba. **PENALIDADE:** R\$ 1.281,71. **PROCESSO** Nº E-07/002.9926/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00149675

**NOME:** Nilton Souza Vieira. **CNPJ/CPF** Nº: 00.655.285/0001-34. **ENDEREÇO:** Estrada do Jacu, S/N, Bananal. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso I da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Rio de Janeiro. **PENALIDADE:** Advertência. **PROCESSO** Nº E-07/002.13945/2016.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00142087

**NOME:** MMA Transportes e Serviços Marítimos Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 01.190.405/0001-00. **ENDEREÇO:** Rua Manoel do Rosário, 131 - centro. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis. **PENALIDADE:** R\$ 1.318,46. **PROCESSO** Nº E-07/002.11062/2014.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00147351

**NOME:** CG da Costa Transportes Me. **CNPJ/CPF** Nº: 11.392.368. **ENDEREÇO:** Av. Roberto Silveira Nº1.000 Casa 12-Parque do Ype. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Paraty. **PENALIDADE:** R\$ 1.318,46. **PROCESSO** Nº E-07/002.633/2018.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00147088

**NOME:** CG da Costa Transportes Me. **CNPJ/CPF** Nº: 11.392.368. **ENDEREÇO:** Av. Roberto Silveira Nº1.000 Casa 12-Parque do Ype. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Paraty. **PENALIDADE:** R\$ 1.292,38. **PROCESSO** Nº E-07/002.502582/2012.

## AUTO DE INFRAÇÃO SUPBEGEA/00146105

**NOME:** Maria Luma Natalli. **CPF** Nº: 960.798.767-34. **ENDEREÇO:** Rua do Bicaço, 199 - Ilha Grande. **INFRAÇÃO:** Art. 2º, Inciso II da Lei Estadual Nº 3.467/2000. **MUNICÍPIO:** Angra dos Reis. **PENALIDADE:** 1.270,35. **PROCESSO** Nº E-07/002.14574/2014.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00149819

**NOME:** Empresa Santa Terezinha Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 31.923.667/0001-90. **ENDEREÇO:** Rua Jorge Alves de Souza, 23. **MUNICÍPIO:** São João de Meriti - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 61 INC V da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 178.330,16. **PROCESSO** Nº E-07/002.7665/2015.

## AUTO DE INFRAÇÃO Nº COGEFISEAU/00142719

**NOME:** Posto Grande Parada Ltda. **CNPJ/CPF** Nº: 00.071.508/0001-80. **ENDEREÇO:** Rodovia dos Mataginhos, 8200. **MUNICÍPIO:** Volta Redonda - RJ. **INFRAÇÃO:** Artigo 85 e 96 da Lei Estadual 3.467/00. **PENALIDADE:** Multa Simples R\$ 21.849,54. **PROCESSO** Nº E-07/002.7037/2014.

Id: 2103404

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 047/2018 (DS).  
**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a ENGREST ENGENHARIA DE RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL LTDA.  
**OBJETO:** SERVIÇOS PARA RECUPERAÇÃO ESTRUTURAL DO 1º ETAPLO E DAS CAXAS DE CHEGADA DE CONFLUÊNCIA DO EMISSÁRIO SUBMARINO DE IPANEMA.  
**PRAZO:** 120 (cento e vinte) dias.  
**VALOR:** R\$ 1.976.987,51 (um milhão, novecentos e setenta e seis mil novecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos).  
**DATA DE ASSINATURA:** 25/04/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-17/100.394/2015 (CN nº 004/2017).

Id: 2103193

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS**

## EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

**INSTRUMENTO:** CONTRATO CEDAE Nº 048/2018 (DS).  
**PARTE:** COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS - CEDAE - e a SETE SERVIÇOS ELEVADORES LTDA ME.  
**OBJETO:** SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM REPOSIÇÃO DE PECAS, EM ASSISTÊNCIA AOS 2 (DOIS) ELEVADORES DA ELEVATORIA SUBTERRÂNEA DO LAMELÁRIO.  
**PRAZO:** 360 (trezentos e sessenta) dias.  
**VALOR:** R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).  
**DATA DE ASSINATURA:** 25/04/2018.  
**FUNDAMENTO:** PROCESSO Nº E-07/100.511/2017 (Pregão Eletrônico nº 315/2018).

Id: 2103195

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE**  
**INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO

**INSTRUMENTO:** Oitavo Termo Aditivo de Suspensão de Contagem de Prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº 042/2014.  
**PARTE:** INSTITUTO DE TERRAS E CARTOGRAFIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - ITERJ e a EMPRESA FREIRE BARRETO SERVIÇOS E REPAROS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA-ME.  
**OBJETO:** Fica alterado a CLÁUSULA TERCEIRA com a suspensão de contagem de prazo pelo período de 120 (cento e vinte) dias, prorrogando-se o cronograma físico financeiro por igual período, a contar de 16/12/2017.

**DATA ASSINATURA:** 13 de abril de 2018.  
**RECURSOS:** Programa de Trabalho 1931.21.482.0052.2712.  
**NATUREZA DA DESPESA:** 449051-03 - Fonte de Recurso: 22.  
**FUNDAMENTO:** Processo nº E-19/014/718/2013.

Id: 2103386

**Secretaria de Estado de**  
**Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**

## COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

## AVISOS

**A COMISSÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCA E ABASTECIMENTO** torna público que serão realizadas as licitações, na modalidade de Pregão Eletrônico, abaixo especificadas:

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0005/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Lote.

**DATA:** 15 de maio de 2018, às 10:00 horas.

**OBJETO:** Prestação de Serviços - Hospedagem, Alimentação e Locação de Auditório.

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2060600371.625 - Código de Despesa: 4490.39.02 - Fonte: 111 - BIRD.

**PROCESSO** Nº E-02/001/003232/2016.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0008/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Lote.

**DATA:** 16 de maio de 2018, às 10:00 horas.

**OBJETO:** Aquisição de Combustível (Gasolina e Diesel).

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2060600371.625 - Código de Despesa: 4490.30.14 - Fonte: 111 - BIRD.

**PROCESSO** Nº E-02/007/000393/2018.

**MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº 0007/2018.

**TIPO:** Menor Preço Global por Item.

**DATA:** 16 de maio de 2018, às 15:00 horas.

**OBJETO:** Aquisição de Material de Consumo (Papel A4).

**RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** Programa de Trabalho: 1301.2030400392.083 - Código de Despesa: 3390.30.05 - Fonte: 232 - FUNDEAGRO.

**PROCESSO** Nº E-02/007/000995/2018.

A documentação completa estará à disposição dos interessados a partir de 03/05/18, no site [www.compras.rj.gov.br](http://www.compras.rj.gov.br) (SIGA).

Id: 2103373

**Secretaria de Estado de Trabalho e Renda**

## EXTRATO DE INSTRUMENTO DE CONTRATUAL

**\*INSTRUMENTO:** Termo de Contrato de Comodato nº 001/2018 - De ocupação de Lojas de Uso Comercial, a título gratuito e sem exclusividade.

**PARTE:** Estado do Rio de Janeiro, representado pela Secretaria de Estado de Trabalho e Renda - SETRAB como Comodatário e Concomitante Supermercados LTDA - nome fantasia - Prezunic Center, como Comodatante.

**OBJETO:** Ocupação de área 57,20 m², que abrange as lojas 13